



Dissonância

revista de teoria crítica

ISSN: 2594-5025

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Estadual de Campinas

www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica

Título	Dossiê Modernismos Brasileiros e Teoria Crítica
Autor	Bruna Batalhão, João Paulo Andrade, Juliana Franco, Isabela Salinas e Taisa Palhares
Fonte	<i>Dissonância: Revista de Teoria Crítica</i> , volume 6, Campinas, 2022
Link	https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica/article/view/4828

Formato de citação sugerido:

Batalhão, B.; Andrade, J. P.; Franco, J.; Salinas, I.; Palhares, T. “Dossiê Modernismos Brasileiros e Teoria Crítica”. *Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, volume 6, Campinas, 2022, p. 219-229.

DOSSIÊ MODERNISMOS BRASILEIROS E TEORIA CRÍTICA

Apresentação

Bruna Batalhão,
João Paulo Andrade, Juliana Franco,
Isabela Salinas e Taisa Palhares

*O Modernismo foi um toque de alarme.
Todos acordaram e viram perfeitamente a
aurora no ar. A aurora continha em si
todas as promessas do dia, só que ainda
não era o dia*

(Mário de Andrade. *O empalhador de passarinho*)

Em vista do centenário da Semana de 22, a Dissonância propôs uma revisitação ao modernismo brasileiro, na imbricação entre estética e Teoria crítica. Buscamos, assim, contribuir para a tessitura de relações entre as formas artísticas e os processos histórico-sociais brasileiros sob nosso horizonte conceitual. Ao longo do século XX até os dias atuais, os diferentes modernismos têm sido tematizados por artistas, críticos e intelectuais

como tarefa a ser cumprida ou tradição a ser problematizada. O engajamento de artistas na renovação das linguagens em confronto com a matéria brasileira ligava-se tanto à ideia de formação de uma cultura nacional quanto a um projeto de formação da nação. Mais tarde, quando as promessas de integração social não se cumpriram e a modernização revelou sua face conservadora, remanesceu o questionamento de Roberto Schwarz: “O que significa uma cultura nacional que já não articule nenhum projeto de vida material”? (Roberto Schwarz, “Fim de século”, *Sequências brasileiras*, p. 162).

Se não é possível dissociar nosso primeiro impulso modernista do projeto vanguardista europeu, é ainda necessário considerar as especificidades de um discurso que forja sua própria modernidade. Segundo Antonio Candido, o Modernismo adensou a dialética do “localismo e cosmopolitismo”, pois a assimilação das vanguardas artísticas europeias teria sido feita em sinal invertido: nossas deficiências então reinterpretadas como superioridades. Um processo duplo, portanto, de integração e diferenciação, cujo desenlace seria uma espécie de “desrecale localista”. Na condição de um dos autores mais decisivos na recepção e na produção nacional da Teoria crítica, Schwarz irá repensar justamente essa relação entre local e global: os traços da má-formação nacional seriam parte estrutural do capitalismo global, não uma influência entre culturas. Nesse sentido, considera-se que a Teoria crítica possibilitou - e ainda possibilita - reflexões frutíferas sobre o caráter contraditório do Modernismo e da Modernidade.

Por fim, resta pontuar essa relação iminente entre os projetos modernistas no Brasil e as aspirações, ao mesmo tempo práticas e teóricas, de formação nacional e entrada da modernidade. A reviravolta de nosso primeiro projeto, posteriormente revelado como mitologia, conduz a um exercício peculiar de crítica imanente: em vez de insistir na efetivação de um projeto de modernização intangível, uma inflexão material mais atenta apontou ao Brasil seu devido lugar no capitalismo global. O legado dessa trajetória possibilitou que a coexistência entre o arcaico e moderno, emblema de uma identidade nacional, fosse revelada como imagem utópica, mas que deveria ser assumida como problema de fundo. O exercício de desvelamento das relações entre cultura e chão histórico-material, tão caro à teoria crítica, parece se concentrar agora na tarefa inversa: buscar formas artísticas capazes de configurar nossa desagregação social.

*

Em “O artista e o artesão no jornalismo musical de Mário de Andrade e Fernando Lopes-Graça”, Guilhermina Lopes nos insere no debate sobre o papel do intelectual no contexto do modernismo a partir da perspectiva de dois autores fundamentais. Fundamentais não somente pelas reflexões teóricas acerca do tema mas, principalmente, porque a atuação de ambos, enquanto participantes ativos dessa mesma cultura sobre a qual teorizam, reivindica enfrentar os paradoxos que envolvem a reflexão sobre a necessidade de engajamento estético, político e

social sem abrir mão da liberdade que tem que caracterizar a produção artística.

Em Mário de Andrade, a autora destaca como a ideia de autonomia da arte é elaborada a partir do apelo por uma relação mais espontânea e menos idealizada com a música em oposição à *virtuose*. Contudo, a autora também ressalta que, para Mário de Andrade, a garantia da autonomia não pode desdobrar-se em um individualismo que desabone a necessidade da sólida formação técnica e artística. Desse modo, a ideia de arte como a soma de técnica individual e 'artesanato', entendido como solidez da formação técnica e obediência ao material, tem como pano de fundo a defesa do sentido coletivo da música e da potência da música popular como arte que serve ao cotidiano. Ao mesmo tempo, a autora demonstra que Mário de Andrade censurava a falta de apuro técnico em nome de uma vaga crítica social, refletindo como a questão do engajamento social deve estar relacionada a uma lealdade interior, uma ética do artista que se mostra através do próprio domínio do material.

Já em Lopes-Graça, a autora mostra que sua defesa da autonomia da arte distancia-se do sentido mais radical da “música pura”, a partir da compreensão de que a arte não pode subordinar-se à propaganda e ao uso de clichês para se aproximar das massas. Tal reflexão desdobra-se num tipo de atuação cujo repertório se regula ao contexto para o qual se destinava: a grandiloquência mobilizadora das canções de intervenção conjugada com a fragmentação e anticlímax da música de concerto.

A apresentação do argumento é feita a partir de uma rica fonte primária, explorando uma série de escritos jornalísticos dos autores. Além disso, a referência às produções musicais de Lopes-Graça e às obras literárias de Mário de Andrade dão concretude ao debate sem omitir os próprios limites e contradições do discurso de cada um deles. A tensão entre engajamento social e sensibilidade às especificidades da arte, embora tome formas diversas na elaboração crítica de Graça-Lopes e Mário de Andrade, permanece como pano de fundo para compreender ambas as atuações como intelectuais e artistas.

No artigo "Duas antropofagias: modernismo e tropicalismo pelos olhos de Roberto Schwarz", Caio Marques Peçanha retoma as análises de Roberto Schwarz acerca dos dois movimentos artísticos que configuraram alegorias do Brasil: o modernismo do início do século XX e o tropicalismo dos anos 1960. Para introduzir a questão das contradições da matéria brasileira articulada por ambos movimentos, o artigo parte do ensaio seminal, "As ideias fora do lugar" (1973), no qual Roberto Schwarz compreende a contradição entre os arcaísmos da sociedade brasileira escravista e as ideias modernas do liberalismo europeu não como mutuamente excludentes, mas como um processo por meio do qual a anomia social se reproduzia. Tal esquema extrapolava o período escravocrata e fundava os problemas da matéria brasileira, de formação e modernização nacional, dos quais nossa produção cultural tiraria sua força: Machado de Assis, passando pelo modernismo, até o tropicalismo. Aspecto estrutural da sociedade brasileira, o artigo passa então ao exame de dois movi-

mentos artísticos de articulação da contradição fundamental nacional que, devido às condições históricas, apontam para direções opostas diante da convivência entre o arcaico e o moderno. No modernismo do começo do século XX, sobretudo na produção de Oswald de Andrade e na poesia pau-brasil, a justaposição de elementos do Brasil-Colônia e do Brasil burguês teria resultado em uma "elevação do produto – desconjuntado por definição – à dignidade de alegoria do país" (Schwarz 1978: 12). Isto é, a justaposição entre a matéria local e o recurso às formas vanguardistas européias teria resultado em uma alegoria *utópica* do Brasil, na *imagem de uma sociedade não-burguesa*. Nesta, os termos do arcaico e do moderno não são extirpados, mas *alterados* reciprocamente, de modo que a reconfiguração da modernidade pelo Brasil arcaico desvela um novo contexto, a imagem de uma utopia nacional, como se pode ver no poema "pobre alimária", analisado por Schwarz e retomado no artigo. Herdeiro da antropofagia modernista, o movimento tropicalista trabalharia também com a contradição fundamental entre modernização e arcaísmo, valendo-se agora das técnicas mais avançadas e das tendências mundiais e da cultura de massa justapostas às imagens do Brasil patriarcal e rural. Mas o caráter afirmativo da alegoria modernista, o campo aberto ao projeto de formação nacional sofre, no contexto do golpe militar de 1964 e de deflagração da modernização conservadora, uma mudança de sinal, de tal modo que a justaposição - ou melhor, o contraste congelado - entre os termos torna, no tropicalismo, "incerta a divisa entre sensibilidade e oportunismo, entre crítica e integração" (Schwarz 2008: 75). O artigo acompanha a crítica de Schwarz

sobre os dois movimentos antropofágicos, ressaltando o rendimento da crítica dialética para a compreensão da sedimentação histórico-social da forma artística.

Em “O discurso da modernidade refratada”, André Snajder retoma a reflexão sobre as cisões constitutivas do capitalismo global, o convívio razoavelmente pacífico entre centro e periferia. Tem como ponto de partida um breve balanço crítico entre duas imagens de Hegel: a leitura de Paulo Arantes, exposta sobretudo no *Ressentimento da dialética*, e a de Habermas, no *Discurso filosófico da modernidade*. O autor afirma que Arantes teria sido mais exitoso em realizar uma compreensão proposta, na verdade, por Habermas: a percepção de que Hegel deveria ser lido como o primeiro filósofo que apreende o seu tempo em pensamento. Ao insistir na reunificação do tempo presente com base na intersubjetividade, Habermas deixaria escapar o caráter imamente da insuficiência hegeliana, assim como a boa justificativa para a prevalência da noção moderna de sujeito em seu sistema: a condição periférica da Alemanha no início do séc. XVIII, que provocava um deslocamento espacial na percepção de progresso na história, emperrando a efetivação do conceito. Em outras palavras, o chão histórico da dialética não seria o solo alemão. Hegel não trataria tanto do presente, antes o tornaria meta de uma nação que tentava se formar de olhos postos em países como França e Inglaterra, verdadeiros centros do capitalismo naquele período. O mérito de Arantes estaria na atenção a “como” Hegel apreende seu tempo, e a posição do Brasil na história, sua condição ao mesmo tempo burguesa e colonial, se tor-

naria a chave insólita para deflagrar certas patologias da modernidade que já se apresentavam no capitalismo incipiente. Gancho feito, o texto atravessa o Atlântico. Ele baliza então o debate com ajuda de Roberto Schwarz e Antonio Candido, que tematizaram nossa condição em formulações célebres como “ideias fora do lugar” ou “mediação quase universal”. Assim o Brasil não só forneceria a lente adequada para revolver o fundo histórico da *Fenomenologia*, antes seria capaz de informar certo desajuste global. Enquanto nação na periferia do capitalismo, o Brasil teria no dualismo sua experiência geral, emblema de uma dialética condenada à inadequação, o caso brasileiro tornando caducas noções como “atraso” e “progresso” ao permitir a coexistência peculiar e pacífica de opostos explosivos. Como reunião de todas as nações sob o sistema capitalista, somente o Presente Absoluto da acumulação se deixaria entrever.

“A imaginação marcuseana em diálogo com Roberto Schwarz”, Gabriel Ramponi aproxima o conceito de imaginação em Herbert Marcuse e a interpretação do Brasil do século XIX elaborada por Roberto Schwarz a partir de Machado de Assis. Em um primeiro momento, as transformações sofridas pelo conceito de imaginação na obra de Marcuse são suscitadas, percorrendo textos como *Filosofia e Teoria Crítica*, - onde acontece um diálogo crítico com a tradição filosófica kantiana, por meio da qual é elaborada a crítica à sociedade (e filosofia) burguesa - até, finalmente, o diagnóstico das transformações da imaginação em uma sociedade unidimensional. Ramponi evidencia que o conceito marcuseano delineado em *Eros e civilização* aparece como repositório psicanalítico de mundos possíveis por seu potencial

de negativo histórico, ou seja, a imaginação guardaria a potencialidade de transformação da vida em direção a uma sociedade emancipada. Finalmente, essa ideia sofre mudanças, e ganha ainda outro desenho em *O homem unidimensional*: o de uma imaginação reificada, proveniente do diagnóstico acerca das transformações da vida material no capitalismo avançado.

Ao tecer sua teoria como crítica materialista, o autor frankfurtiano se esforça em um novo diagnóstico histórico-material, reformulado o conceito filosófico: a imaginação se torna "instrumento do progresso" quando as oposições entre Razão e Imaginação, princípio de prazer e de realidade, magia e ciência são diluídas. O último diagnóstico de Marcuse demonstraria afinidades com a crítica de Roberto Schwarz ao Brasil do século XIX e com a desimportância do "teste de realidade". É como se, no nosso país, um século antes da escrita de Marcuse, esse estreitamento da potencialidade da Imaginação já se encontrasse aqui, desvendada pela crítica literária de *As memórias póstumas de Brás Cubas*. Assim, Gabriel Ramponi aponta para uma confluência de interpretações e diagnósticos da realidade entre Marcuse e Schwarz.

Essa conversa imaginada mostra que a matéria artística de Machado de Assis é um resultado histórico determinado que se evidencia pela forma literária e artística. A imaginação machadiana de *Um mestre na periferia do capitalismo* residiria na superioridade de Brás, cuja subjetividade se satisfaz à custa do real e da razão, solapando o traço histórico-psicológico ao buscar sempre uma fuga para o imaginário (burguês) em uma sociedade escri-

vocrata. Essa miscelânea seria análoga, segundo Ramponi, à ideia marcuseana de reificação da imaginação apresentada em *O Homem Unidimensional*. Porém, a reificação encontrada no romance machadiano mostra também uma outra faceta: a tensão europeia entre princípio de realidade e mutilação da imaginação se dissolve em solo brasileiro, onde os privilégios de classe são normalizados pela volubilidade ideológica que favorece apenas os interesses da classe dominante. Já o paralelo entre o princípio de prazer marcuseano de *Eros e civilização* com uma espécie de “princípio de realidade brasileira do século XIX” mostra que a busca por um tempo de *duração* se revelaria, em nosso solo, como dinâmica da escravidão: o senhor precisa obrigar o escravo a sempre trabalhar num máximo do tempo. Sendo assim, não é potencialidade, mas violência.

Caminhando para a conclusão, Gabriel Ramponi propõe que uma imaginação dominada por um princípio de realidade brasileiro gira em torno da questão de um progresso que sempre repõe o atraso. Esse processo soa como um futuro sempre passado, remetendo à problemática da Imaginação kantiana, já apontada por Marcuse. Evidenciar o caráter político e a matéria histórica da imaginação burguesa de um país de formação colonial explicitaria, finalmente, a experiência latino-americana como um giro em falso, de progresso que não progride, movimento intrínseco em nossa dinâmica de modernização e modernismo.

Por fim, resta pontuar essa relação iminente entre os projetos modernistas no Brasil e as aspirações, ao mesmo tempo práticas e teóricas, de formação nacional e entrada da modernidade. A reviravolta de nosso primeiro projeto, posteriormente revelado como mitologia, conduz a um exercício peculiar de crítica imanente: em vez de insistir na efetivação de um projeto de modernização intangível, uma inflexão material mais atenta apontou ao Brasil seu devido lugar no capitalismo global. O legado dessa trajetória possibilitou que a coexistência entre o arcaico e moderno, emblema de uma identidade nacional, fosse revelada como imagem utópica, mas que deveria ser assumida como problema de fundo. O exercício de desvelamento das relações entre cultura e chão histórico-material, tão caro à teoria crítica, parece se concentrar agora na tarefa inversa: buscar formas artísticas capazes de configurar nossa desagregação social.